



Prof. Dr. Lino Castellani Filho

Biografia:

Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Professor Livre-Docente (aposentado) da Faculdade de Educação Física da Unicamp. Foi Professor-Visitante da Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília (FEF/UnB) nos biênios 2012/13 e 2016/17. Exerceu os seguintes cargos na gestão pública: Secretário Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer, junto ao Ministério do Esporte, de janeiro de 2003 a abril de 2006; Presidente do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) nas gestões 1999/2001 e 2001/2002; Presidente da Associação de Docentes da Unicamp (ADUNICAMP) - 1996/98. Membro efetivo do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte - CBCE, da Red Caribeña y Latinoamericana de Deporte y Inclusión Social e integrante do Conselho Científico Extraordinário do seu Grupo de Trabalho Temático de Políticas Públicas.

Entrevistador:

Guilherme Reis Nothen

Pra dentro do campo de jogo: esporte, política e educação

Publicado em: RCC #21 · v. 7 · n. 2 · maio 2020

1. Revista *Com Censo* (RCC) - O debate em torno das limitações e possibilidades pedagógicas do esporte desempenhou um papel importante na formulação de novas metodologias de ensino e aprendizagem no campo da educação física escolar, especialmente a partir do final da década de 1980. Considerando a atuação destacada que você teve nesse processo, quais são, em linhas gerais, as principais conquistas e os desafios que permanecem no que diz respeito ao lugar que o esporte deve ocupar, de acordo com seu ponto de vista, no contexto da educação formal?

Lino Castellani Filho - A década de 1980 traduziu-se como emblemática para a educação física brasileira. É nela que, ao sabor dos ventos da redemocratização de nossa sociedade, e no bojo do processo de reflexão presente no campo da educação, a educação física deu vazão a um Movimento Renovador, de cunho progressista (sim, progressista, porque tivemos outro, nos anos 1970, de natureza conservadora), de seu pensar e agir.

No processo desse movimento – dialético por natureza (recordo aqui Valter Franco cantando a música *Serra do Luar*, na qual afirma que “Viver é afinar um instrumento, de dentro pra fora, de fora pra dentro, a toda hora, a todo momento, de dentro pra fora, de fora pra dentro...” –), à medida que se estabeleceu uma ruptura paradigmática com o paradigma da “aptidão física”, descortinou-se a viabilidade de lidarmos com ela, educação física, a partir de parâmetros de índole histórico-social.

Assim sendo, o esporte passa a ser entendido como uma prática social – invenção humana, portanto. E como tal, criado para responder a necessidades sociais presentes no momento de sua criação.

Buscar saber quais eram essas necessidades, e quais se fazem presentes na sociedade contemporânea de modo

a justificar sua presença em nossa cultura, passaram a ser preocupações pedagógicas da educação física, de tal forma que ensinar a praticar esporte passa a vir acompanhado da necessidade de também se buscar ensinar o porquê dessa prática social se fazer presente em todas as partes do mundo.

Seu lugar na escola passa a ser demarcado pelo reconhecimento do saber esportivo não limitado ao ato de *ensinar a jogar*, o que dá lugar a um processo de ensino-aprendizagem valorizador da reflexão sobre o *sentido* e *significado* da presença do Esporte nas sociedades contemporâneas como parte integrante da cultura corporal. O desafio ainda presente em nosso meio educacional é fazer com que a perspectiva pedagógica anunciada se faça hegemônica em substituição àquela que, em relação ao esporte, só o vê naquilo que seja expressão de rendimento físico-esportivo.

2. RCC - Embora a utilização pedagógica do esporte seja frequentemente vinculada ao campo da educação física, esse é um tópico que também pode ser explorado a partir de uma perspectiva interdisciplinar. Entretanto, é comum que abordagens interdisciplinares sobre o tema reproduzam uma visão relativamente superficial do mundo do esporte, excessivamente dependente da ocorrência cíclica de megaeventos esportivos. Quais são, em sua opinião, os princípios pedagógicos que poderiam guiar uma abordagem interdisciplinar do esporte no âmbito escolar? Você conhece exemplos de projetos que tiveram êxito nesse sentido?

Lino - A possibilidade de extrapolação da lógica disciplinar no âmbito da educação escolar já está prevista na nossa Lei de Diretrizes e Base da Educação (L. nº 9394/96), e em muitas escolas de muitos municípios e Estados brasileiros identifica-se a presença das perspectivas inter ou transdisciplinares. Mas ainda como exceção à regra.

No componente curricular educação física, esse fato (exceção à regra) é ainda mais evidente, por conta da forma configurativa do propósito de sua inserção na educação escolar.

Mas a ruptura paradigmática, já mencionada na resposta anterior, vem sendo responsável por uma mudança neste cenário. Exemplos se encontram em escolas de todo o país. Fiquemos com dois. O primeiro deles, reflexo de situação atípica como a vivenciada por ocasião dos megaeventos esportivos, por vocês mencionada. Foram muitas as escolas que envolveram professores de história, geografia, sociologia e artes, por exemplo, para abordar as características dos países participantes da Copa do Mundo de Futebol (2014) e/ou dos Jogos Olímpicos de Verão (2016) no pertinente às questões relacionadas às suas configurações enquanto Estados Nacionais e à inserção dos mesmos na geopolítica mundial, de seus usos e costumes e da produção cultural que os caracteriza.

Mesmo no campo da “performance esportiva”, se observou um maior envolvimento de docentes de vários outros componentes curriculares traçando paralelos entre as distintas escolas de treinamento aos seus continentes de origem, situando-os geopoliticamente, cotejando-os, traçando paralelos e levantando a hipótese da possível existência de uma escola latino-americana.

O segundo, mais próximo daquilo que esse componente curricular desenvolve em seu cotidiano, os *Jogos internos escolares*, também conhecidos por *Jogos interclasses*. Tive a oportunidade de, ao lado de outro professor, publicar um livro intitulado *Os jogos de minha escola* (2009). Resumidamente, ele faz menção a uma situação onde os alunos de uma determinada escola são levados a assumirem o protagonismo da organização de uma versão dos Jogos interclasses, saindo daquele papel no qual a eles só era destinada a condição de atletas, para outro nunca antes vivenciado por eles.

No desenrolar da história, toda a escola acaba se envolvendo na construção das várias facetas organizativas de uma competição esportiva, da divulgação dos mesmos até a sua realização, passando pela definição do sistema de competição a ser adotado (se campeonato ou torneio, simples ou duplo...), das modalidades esportivas a fazerem parte dos Jogos, das regras a serem observadas e adaptação dos locais a serem utilizados, critérios para montagem das equipes, princípios da premiação, etc.

3. RCC - Existem nas diferentes esferas de governo diversas políticas públicas de esporte que são categorizadas como iniciativas no âmbito do que se convencionou chamar “desporto educacional”. Contudo, muitas dessas políticas carecem de uma abordagem pedagógica mais robusta. Levando em consideração a sua experiência como gestor público, que estratégias você acredita que poderiam ser adotadas para garantir maior transparência e substância no que se refere à dimensão pedagógica das políticas públicas de esporte educacional no Brasil?

Lino - *Esporte Educacional* é um conceito desenvolvido pelo professor Manoel Gomes Tubino, nos idos de 1985, quando coordenou Grupo de Trabalho criado pelo então Ministro da Educação, Marco Maciel, do Governo da Nova República. Desse Grupo saiu um documento sinalizando dever ser o esporte uma questão de Estado – e não de Governo.

Esporte Participação e *Esporte de Rendimento*, ao lado do já citado conceito, compõem as três expressões que acabaram por dar redação ao capítulo sobre o esporte na Constituição brasileira de 1988.

Entendo haver *vício de origem* na expressão *Esporte Educacional*. O Esporte, na qualidade de prática social, e na sua objetivação em conteúdo passível de ser pedagogizado, educa, independentemente do adjetivo que o

acompanhe. A pergunta a ser feita é “*educa para que*”, “*afim com qual projeto societário*”, “*a serviço de que*”.

Portanto, a “robustez” da ação pedagógica necessitará estar associada ao próprio entendimento do referido neste parágrafo, associado ao entendimento de ter o *ato pedagógico*, enquanto características, o *ser diagnóstico* (estabelece leitura da *dimensão da realidade* alvo da ação pedagógica, a partir de determinado ponto de vista histórica e socialmente referenciados); *judicativo* (estabelece *juízo de valor* a partir de elementos ético-políticos histórica e socialmente referenciados); e *teleológico* (estabelece *ponto de chegada a alcançar*, histórica e socialmente referenciados).

Na perspectiva de configuração de política pública, no universo da educação escolar o esporte requer ser pedagogizado na condição de prática social constitutiva da cultura corporal – dimensão da cultura – de brasileiros e brasileiras, de forma a ser apropriado pelos educandos na forma de conhecimento a servir o devir de nossa emancipação humana.

No pertinente, a política pública emanada de setor administrativo responsável pela elaboração e execução de política esportiva, programas e projetos devem ser elaborados e executados visando o atendimento do preceito constitucional que o tem como *direito social* (quando a ser apropriado no tempo e espaço de lazer) e *direito individual*, no sentido da promoção social, conforme estabelecido no artigo 217 da referida Carta Magna.

4. RCC - Uma das principais dificuldades de estudar o esporte sob o ponto de vista acadêmico consiste no desconforto que muitos pesquisadores enfrentam ao

tentar minimizar o vínculo emocional que possuem em relação a determinadas modalidades esportivas, em prol de uma perspectiva mais crítica e objetiva acerca dos fenômenos observados. Ao longo de sua carreira, como você lidou com essa ambivalência e que sugestões você daria para novos pesquisadores e professores que precisam engajar diariamente com questões dessa natureza?

Lino - Na condição de estudioso do tema esporte, ou de qualquer outro objeto de estudo com o qual o pesquisador for se deparar, a relação entre o sujeito que conhece e o objeto do conhecimento deve se dar a partir do princípio da *imparcialidade* que, por sua vez, não pode ser confundido como da *neutralidade*.

Que fique claro: não existe a hipótese da *neutralidade na/da ciência*. Isto porque o pesquisador carrega em si valores ético-políticos constitutivos de sua essência humana. O “ponto de vista” do pesquisador reflete acima de tudo a *vista de um determinado ponto*, ponto esse caracterizado pela sua *posição de classe social*, inerente a sociedades estruturadas sob a forma classista, tal qual a nossa se apresenta.

Já a imparcialidade exige o “estranhamento” do pesquisador em relação ao objeto a ser conhecido, pesquisado, estudado. Essa postura não é inata ao pesquisador e sim aprendida e apreendida por ele. É assim comigo. E falo no tempo presente porque tal processo de aprendizagem e de apreensão da posição de pesquisador é dinâmico, processual, tarefa para a vida inteira.

A paixão pelo esporte, futebol em especial, eu levo pro campo de jogo... ■

Referências

CASTELLANI FILHO, L.; CASTELLANI, R. M. **Os jogos de minha escola**. 1. ed. Campinas - SP: Autores Associados, v. 1, 2009.